

PARECERES/INFORMAÇÕES

DESPACHOS/DELIBERAÇÕES

22p/19

O Presidente da Câmara Municipal,


Ricardo Rio, Dr.

INFORMAÇÃO N.º: DC4

DATA: 19/01/2022

ASSUNTO:

Proposta de alteração do Regulamento dos Fundos de Maneio dos Serviços

Ex.mo Sr. Presidente,

O ponto “2.3.4 — Execução orçamental” do Decreto-Lei 54-A/99, de 22 de fevereiro (POCAL), prevê que em caso de reconhecida necessidade poderá ser autorizada a constituição de fundos de maneio, correspondendo a cada um uma dotação orçamental, visando o pagamento de pequenas despesas urgentes e inadiáveis. De igual modo, e para cumprimento do disposto no ponto 2.9.10.1.11 do diploma anterior, a Câmara Municipal de Braga aprovou, na sua reunião de 16 de junho de 2005, o Regulamento dos Fundos de Maneio, o qual estabelece os princípios gerais de constituição, reconstituição e reposição dos Fundos de Maneio.

Para fazer face às necessidades de funcionamento da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens foi constituído, no ano 2020, um fundo de maneio, em nome do _____ assim discriminado:

- Aquisição de bens – 100 € mensais;
- Aquisição serviços – 100 € mensais.

Considerando que o responsável anteriormente mencionado deixou de exercer funções nesta Comissão, considerando, também, a necessidade de assegurar a satisfação das carências funcionais associadas ao objetivo do fundo de maneio aprovado pelo executivo municipal, propõe-se proceder a uma alteração à alínea o) e p) do n.º 1, do artigo 3.º do regulamento dos Fundos de Maneio, no sentido de alterar o titular do fundo de maneio, ficando a responsável pela gestão do mencionado fundo.

O Orçamento para 2022 apresenta uma estrutura orgânica ligeiramente diferente, pelo que se torna necessário, também, ajustar os fundos de maneo à nova estrutura.

Para o efeito, propõe-se, a alteração ao Regulamento dos Fundos de Maneio, designadamente, dos seus artigos 2º e 3º, por forma a alterar o titular do fundo de maneo da CPCJ e refletir, nos fundos de maneo existentes, os novos códigos de classificação orgânica, passando a dispor da seguinte redação:

Artigo 2º

(Espécies de fundos de maneo)

São constituídos fundos de maneo, com os seguintes limites e afetos às rubricas orçamentais abaixo indicadas:

- a) Atividades culturais – 2 500,00€ mensais – 05/020225
- b) Encargos com descrições e inscrições prediais – 30 000,00€ anuais – 02/020225
- c) Portagens – 250,00€ mensais – 07/020210
- d) Aquisição de combustíveis – 200,00€ mensais – 07/020102
- e) Pequenas despesas inerentes à proteção civil municipal – 10 000,00€ anuais – 08/020225
- f) Pequenas despesas com a aquisição de bens do Gabinete de Apoio à Presidência e dos Serviços Administrativos – 300,00€ mensais – 0102/020121
- g) Despesas com a aquisição de serviços do Gabinete de Apoio à Presidência – 3 000,00€ mensais – 0102/020225
- h) Despesas com a aquisição de bens para a realização de atividades e eventos desportivos – 1 000,00€ mensais – 04/020121
- i) Despesas com a aquisição de serviços para a realização de atividades e eventos desportivos – 1 500,00€ mensais – 04/020225
- j) Despesas relacionadas com a consulta de processos na Conservatória – 50,00€ mensais – 02/020225
- k) Despesas com a aquisição de bens relacionadas com o funcionamento da Direção – 250,00€ mensais – 06/020121
- l) Despesas relacionadas com pedidos de aumento de potência e vistorias das instalações, estudo de projeto para novas baixadas de energia para obras ou equipamentos, entre outras despesas correntes associadas às instalações elétricas – 1 000,00€ mensais – 07/020225
- m) Despesas relacionadas com a aquisição de bens no pelouro ambiente – 250€ mensais – 12/020121
- n) Despesas relacionadas com a aquisição de serviços no pelouro ambiente – 250€ mensais – 12/020225
- o) Despesas relacionadas com a aquisição de bens para a execução das atribuições da CPCJ - 100 € mensais – 11/020121
- p) Despesas relacionadas com a aquisição de serviços para a execução das atribuições da CPCJ – 100 € mensais – 11/020225

Artigo 3º

(Titularidade)

1. A titularidade dos fundos de maneo fica a cargo dos seguintes funcionários, aos quais compete o controlo da sua constituição e regularização:
 - a)
 - b)

- c)
- d)
- e)
- f)
- g)
- h)
- i)
- j)
- k)
- l)
- m)
- n)
- o)
- p)

Em face do exposto, e de acordo com o artigo 33º, nº1, alínea k) da Lei n 75/2013, de 12 de setembro, **propõe-se que a presente informação seja remetida à consideração do Exmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal a fim de proferir decisão no sentido de remeter à apreciação do Órgão Executivo a aprovação da proposta de alteração do Regulamento dos Fundos de Maneio.**

À Consideração Superior,

O CHEFE DA DIVISÃO DE CONTABILIDADE

Anexo: Regulamento dos Fundos de Maneio dos Serviços completo com as atualizações proposta.

REGULAMENTO DOS FUNDOS DE MANEIO DOS SERVIÇOS

De acordo com o que se estabelece no n.º. 2.3.4.3 do Decreto-Lei n.º. 54-A/99, de 22 de fevereiro, poderá, em caso de reconhecida necessidade, ser autorizada a constituição de fundos de maneo visando o pagamento de pequenas despesas urgentes e inadiáveis.

Face ao disposto no n.º. 2.9.10.1.11 do citado diploma, e tendo em vista o adequado controlo desses fundos, deverá ser aprovado regulamento pelo Executivo Municipal em sede do qual deverá ser estabelecida a sua constituição e regularização, devendo ainda definir a natureza da despesa a pagar, bem como, designadamente, o seu limite máximo.

Assim, no desenvolvimento da referida norma do n.º. 2.9.10.1.11, a Câmara Municipal de Braga aprova o seguinte Regulamento no qual são definidas as condições de atribuição e utilização dos fundos de maneo.

Artigo 1º

(Objeto)

O presente Regulamento visa a constituição de fundos de maneo destinados ao pagamento de pequenas despesas urgentes e inadiáveis bem como o estabelecimento das regras quanto ao seu controlo.

Artigo 2º

(Espécies de fundos de maneo)

São constituídos fundos de maneo, com os seguintes limites e afetos às rubricas orçamentais abaixo indicadas:

- a) Atividades culturais – 2 500,00€ mensais – 05/020225
- b) Encargos com descrições e inscrições prediais – 30 000,00€ anuais – 02/020225
- c) Portagens – 250,00€ mensais – 07/020210
- d) Aquisição de combustíveis – 200,00€ mensais – 07/020102
- e) Pequenas despesas inerentes à proteção civil municipal – 10 000,00€ anuais – 08/020225
- f) Pequenas despesas com a aquisição de bens do Gabinete de Apoio à Presidência e dos Serviços Administrativos – 300,00€ mensais – 0102/020121
- g) Despesas com a aquisição de serviços do Gabinete de Apoio à Presidência – 3 000,00€ mensais – 0102/020225
- h) Despesas com a aquisição de bens para a realização de atividades e eventos desportivos – 1 000,00€ mensais – 04/020121
- i) Despesas com a aquisição de serviços para a realização de atividades e eventos desportivos – 1 500,00€ mensais – 04/020225
- j) Despesas relacionadas com a consulta de processos na Conservatória – 50,00€ mensais – 02/020225
- k) Despesas com a aquisição de bens relacionadas com o funcionamento da Direção – 250,00€ mensais – 06/020121
- l) Despesas relacionadas com pedidos de aumento de potência e vistorias das instalações, estudo de projeto para novas baixadas de energia para obras ou equipamentos, entre outras despesas correntes associadas às instalações elétricas – 1 000,00€ mensais – 07/020225
- m) Despesas relacionadas com a aquisição de bens no pelouro ambiente – 250€ mensais – 12/020121

- n) Despesas relacionadas com a aquisição de serviços no pelouro ambiente – 250€ mensais – 12/020225
- o) Despesas relacionadas com a aquisição de bens para a execução das atribuições da CPCJ - 100 € mensais – 11/020121
- p) Despesas relacionadas com a aquisição de serviços para a execução das atribuições da CPCJ – 100 € mensais – 11/020225

Artigo 3º
(Titularidade)

2. A titularidade dos fundos de maneiio fica a cargo dos seguintes funcionários, aos quais compete o controlo da sua constituição e regularização:

- a)
- b)
- c)
- d)
- e)
- f)
- g)
- h)
- i)
- j)
- k)
- l)
- m
- n)
- o)
- p)

2. São delegados poderes no Sr. Presidente da Câmara para proceder à alteração de qualquer dos nomes indicados, sempre que entenda necessário.

Artigo 4º
(Procedimentos contabilísticos)

A contabilização dos fundos de maneiio obedece aos procedimentos de constituição, reconstituição e reposição nos termos referidos nas normas seguintes.

Artigo 5º

(Constituição)

Compete à Divisão de Contabilidade e Orçamento proceder à cabimentação inicial dos fundos de maneiço correspondentes às respetivas classificações económicas, tendo em atenção o seu valor, atualizável anualmente por decisão do Presidente da Câmara, observando-se as seguintes regras:

- a) O momento da constituição é materializado mediante a transferência de fundos através da Tesouraria para os respetivos titulares.
- b) Cabe à Tesouraria efetuar a nota de lançamento aquando da entrega dos fundos, debitando a conta 11.8 x pelo valor mensal da constituição e a conta 11.1. creditada pelo mesmo valor, momento este em que se deve proceder ao preenchimento e assinatura da folha “Entrega de Fundos de Maneio” (ver Anexo 1).

Artigo 6º

(Reconstituição)

A reconstituição corresponde ao movimento mensal de reposição em cada fundo do montante despendido no mês anterior, com a exceção do fundo referido na alínea f), do artº 2º, obedecendo às seguintes regras:

- a) O movimento mensal efetua-se mediante a apresentação obrigatória dos documentos justificativos da despesa devidamente registados em documento próprio.
- b) Apresentados os documentos comprovativos das despesas efetuadas, a Divisão de Contabilidade e Orçamento procede ao registo das faturas, tendo em conta o cabimento efetuado no início do ano, e emite a ordem de pagamento das faturas que devem ser pagas através da conta 11.8 x.
- c) A reconstituição do fundo é feita através da nota de lançamento respetiva (11.8 x a débito e 11.1 a crédito), com o valor das despesas apresentadas.
- d) No momento da reconstituição é preenchida novamente e assinada a folha de “Entrega dos fundos de maneio”.
- e) No caso de os pagamentos mensais serem de valor inferior aos valores cabimentados para o respetivo ano, proceder-se-á à correção do cabimento inicial através de estorno, sendo que as despesas mensais a efetuar pelo fundo de maneio não poderão ser superiores aos limites fixados.

Artigo 7º

(Reposição)

A reposição é efetuada no final do ano de forma a que os respetivos fundos de maneio fiquem saldados, observando-se o seguinte:

- a) Os procedimentos são idênticos aos da reconstituição, com exceção do lançamento da reconstituição, pelo que se efetua o registo das faturas e é emitida a ordem de pagamento correspondente às faturas, não havendo lugar à reconstituição.

- b) Se, após os pagamentos realizados existir ainda verba no correspondente fundo de maneiio, o titular deste procederá à entrega da mesma na Tesouraria de modo a que esta possa emitir a nota de lançamento de reposição de cada fundo (11.1 a débito e 11.8 x a crédito).

Artigo 8º

(Contagem periódica)

Os fundos de maneiio constituídos podem ser objeto de contagem periódica por funcionários designados pelo Presidente da Câmara.

Artigo 9º

(Entrada em vigor)

O presente Regulamento entra em vigor no primeiro dia útil do mês seguinte ao da sua aprovação.